



MULHERES, POLÍCIA E FACÇÕES:

O que está
no centro do
debate sobre
segurança
pública?

SUMÁRIO

Toda mulher carrega um mapa.....	5
Novas narrativas para novos consensos....	9
Introdução	11
O problema e suas causas	17
As soluções	33
Comunicação e eleições	45
Conclusão	51
Metodologia	53
Ficha Técnica	56

Toda mulher carrega um mapa

Sobreposto ao mapa oficial da cidade, com suas ruas, avenidas, pontos de ônibus e lojas, há outro, imaginado, feito de rotas a evitar, atalhos descartados, vias mal iluminadas ou vazias. São espaços da cidade que não são para ela. Toda mulher carrega um mapa como esse.

Essa cartografia mental organiza, de forma silenciosa e exaustiva, a vida cotidiana de milhões de brasileiras – de todas as faixas de renda e origem, mas principalmente sobre as mulheres negras das periferias.

Seria essa experiência comum da insegurança capaz de aproximar mulheres de diferentes posições políticas?

Nos últimos quatro anos, enquanto a radicalização parecia transformar qualquer assunto em uma batalha campal, o Instituto Update buscou responder a uma pergunta: existe um tema capaz de mobilizar mulheres brasileiras da esquerda à direita, passando por quem não tem identificação política?

Em 2022, a pesquisa *Mulheres em Disputa* revelou um cenário dividido. Enquanto parte das brasileiras se identificava como feminista e outra rejeitava esse rótulo, a maioria permanecia entre esses dois polos, sem se reconhecer plenamente em nenhum deles. A pergunta que surgiu dali orientou os anos seguintes de pesquisa: existiria uma agenda capaz de aproximar mulheres de diferentes posições políticas?

Entre 2023 e 2024, o projeto *Mulheres em Diálogo* reuniu uma pesquisa nacional com 668 mulheres de todas as regiões do país e entrevistas em profundidade

para responder a essa pergunta. A conclusão foi clara. Se, até poucos anos atrás, corrupção e saúde lideravam suas preocupações, a segurança pública apareceu como prioridade para 77% das entrevistadas.

Para compreender uma insegurança que os indicadores tradicionais não captam, era preciso medir sua extensão e também ouvir quem convive com ela todos os dias. A partir dessa constatação nasceu este relatório, a que demos o nome *Mulheres, polícia e facções: o que está no centro do debate sobre segurança pública?*

Os dados mostram que a insegurança vivida pelas mulheres não é uma percepção isolada, mas uma realidade amplamente reconhecida. É a partir dessa experiência que as mulheres pensam a segurança pública. Antes de falar de polícia, prisões ou facções, falam da forma como ocupam a cidade: dos caminhos que evitam, dos horários que calculam, das roupas que repensam e das liberdades que deixam de exercer.

É nas calçadas, nos pontos de ônibus, nas escolas e dentro das próprias casas que as mulheres **descobrem** quanto espaço podem ocupar, por onde podem passar e em que horários exercem, de fato, o **direito de ir e vir**. Nenhum desses números registra a mulher que desiste de uma vaga de emprego porque a rota de volta pra casa ao fim do expediente é insegura.

As entrevistas em profundidade, realizadas em parceria com as pesquisadoras Camila Rocha e Thais Pavez da Estratégia Latina, mostram o que essa experiência produz: a exaustão de viver em permanente estado de alerta, o desgaste da saúde mental e a liberdade de circulação restringida pelo medo.

Para muitas mulheres, a própria casa continua sendo um dos lugares mais perigosos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou, em 2025, o maior número de feminicídios desde que o crime foi tipificado, em 2015:

1.568 mulheres assassinadas por razões de gênero, 62,6% delas negras. Em 66,3% dos feminicídios registrados, o crime foi cometido na residência da própria vítima. Nem mesmo a proteção formal do Estado tem sido suficiente: 148 mulheres foram assassinadas apesar de estarem amparadas por uma Medida Protetiva de Urgência no momento do crime. E esses números provavelmente estão subestimados. A subnotificação e a persistência de registros de feminicídios como homicídios comuns indicam que ainda não temos a real dimensão da violência doméstica.

Diante da insuficiência das respostas públicas, são as próprias mulheres que constroem redes de proteção entre familiares, vizinhas, amigas e organizações comunitárias locais. Essas medidas reduzem riscos, fortalecem vínculos e ampliam a proteção, mas não substituem a responsabilidade do Estado. É nesse terreno que se abre a disputa de 2026.

Para 92% da população, a segurança pública é uma prioridade eleitoral. A principal disputa não será sobre a importância do tema, mas sobre o que se entende por segurança pública: uma política centrada quase exclusivamente na repressão ou uma estratégia capaz de combinar prevenção, inteligência, educação, planejamento urbano e perspectiva de gênero.

Se as mulheres brasileiras, apesar de suas diferenças políticas, carregam um mesmo mapa da insegurança, é nele que estão as saídas. E é a partir dele — desenhado por quem hoje representa a maioria do eleitorado brasileiro — que o debate sobre segurança pública pode se redesenhar para o país inteiro.

Instituto Update

Novas narrativas para novos consensos

O Fogo Cruzado nasceu em 2016 de uma pergunta sem resposta: quantos tiroteios acontecem no Rio de Janeiro? O poder público não produzia esse dado, e milhões de pessoas decidiam todos os dias, sem informação confiável, se era seguro levar o filho à escola ou voltar do trabalho por determinada rua.

Dez anos depois, aquele aplicativo colaborativo se tornou o maior banco de dados sobre violência armada da América Latina. Monitoramos em tempo real as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, do Recife, de Salvador e de Belém, registrando tiroteios em 57 municípios onde vivem mais de 22 milhões de brasileiros. São dados abertos e gratuitos, que abastecem redações, pesquisas acadêmicas, decisões judiciais e políticas públicas e que mudaram a forma como a imprensa brasileira cobre a violência armada.

Porém, contar nunca foi um fim em si. Estatísticas, sozinhas, não mudam o debate público. Aprendemos isso acompanhando um paradoxo que esta pesquisa agora dimensiona com precisão: o país acumula cada vez mais evidências sobre o que funciona e o que fracassa em segurança pública, e ainda assim o debate gira em torno das mesmas fórmulas: mais confronto, penas mais duras e mais medo. Diante do nosso estreito imaginário sobre segurança e violência, tão carente de políticas públicas e evidências, não basta oferecer dados. É preciso disputar a própria visão coletiva do que é segurança e como podemos construí-la.

Por isso, o Fogo Cruzado passou também a investir na criação de narrativas e na disputa pela atenção dos brasileiros. Testamos mensagens, estudamos percepções, experimentamos formatos. Em 2026, reunimos 25 organizações de todas as regiões do país no Fogo Camp, para compartilhar esse acúmulo e fortalecer um ecossistema independente de comunicação sobre violência.

Esta pesquisa, realizada em parceria com o Instituto Update, é um passo decisivo nesse caminho. Se os nossos dados mostram onde e como a violência acontece, este estudo revela como ela é percebida, sentida e explicada pelos brasileiros. E aponta algo que orienta a nossa estratégia: existe abertura, sobretudo entre mulheres e jovens, para um repertório que vá além da punição. O descompasso entre o que a população diagnostica e as soluções que tem à mão não é um beco sem saída, é também um espaço de disputa.

É nesse (pequeno) espaço que o Fogo Cruzado atua, no esforço de torná-lo cada vez maior. Às vésperas de uma eleição em que a segurança pública deve ocupar o centro do debate, seguimos nos dedicando a produzir informação confiável. Agora com uma ambição declarada: transformar o imaginário brasileiro sobre segurança pública.

É possível **construir** novos consensos, e trabalhar para que esses consensos se tornem políticas que protejam, de fato, quem hoje **mais precisa** delas. Esperamos que essa pesquisa seja também um convite para você se juntar a nós nessa empreitada.

Instituto Fogo Cruzado

Introdução

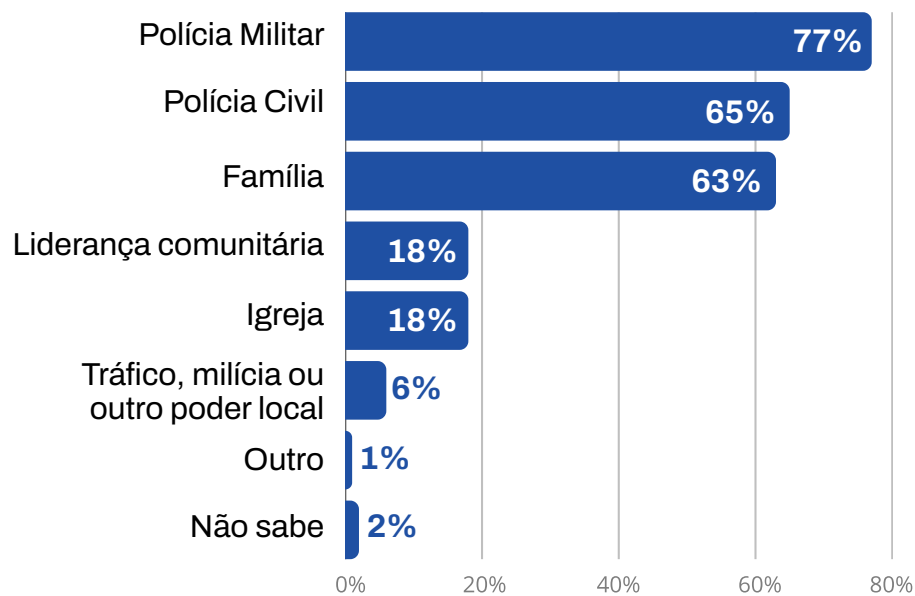
Este relatório parte de um paradoxo. Embora os indicadores de violência letal e patrimonial tenham recuado nos últimos anos, a sensação de insegurança permanece alta. Quase sete em cada dez brasileiros (67%) não se sentem seguros onde vivem, três em cada quatro acreditam que a violência aumentou no último ano e, para 92% da população, a segurança pública será um tema importante nas eleições de 2026.

Foi para compreender esse descompasso entre os indicadores e a experiência cotidiana que o Instituto Update e o Instituto Fogo Cruzado realizaram a pesquisa *Mulheres, polícia e facções — O que está no centro do debate sobre segurança pública?*. Encomendada ao Instituto Ideia de Pesquisa, ela buscou responder a duas perguntas. Por que a percepção da violência cresce mesmo quando diversos indicadores apontam na direção oposta? E como os brasileiros imaginam que esse problema pode ser enfrentado?

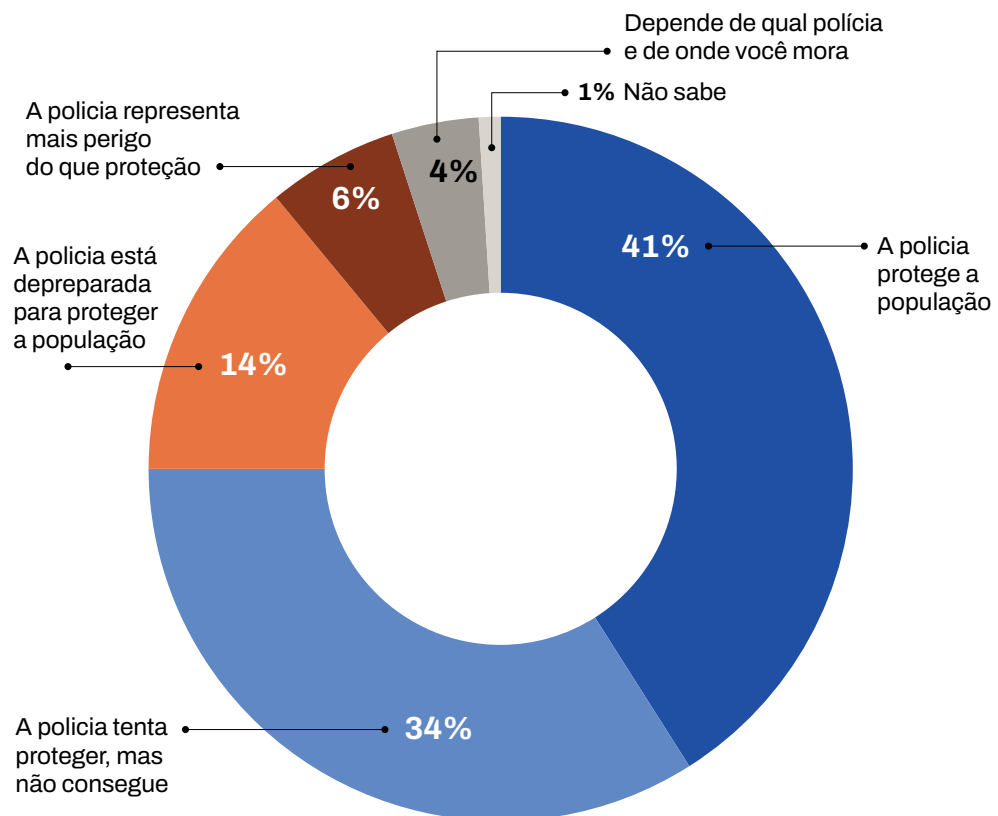
Os resultados mostram que essa contradição não está apenas na comparação entre diminuição das estatísticas criminais e aumento da percepção da violência. Ela também aparece na forma como a população enxerga as soluções para a segurança pública.

Ao enfrentar um problema de segurança, as polícias são as instituições mais procuradas pelos brasileiros (Militar, 77%; Civil, 65%) — mas apenas 41% acreditam que elas efetivamente protegem a população. Esse descompasso também aparece na avaliação das operações policiais. Embora sete em cada dez entrevistados (69%) considerem que as operações policiais combatem, em alguma medida, os crimes que afetam seu cotidiano, apenas 23% afirmam que a situação da segurança melhora depois delas.

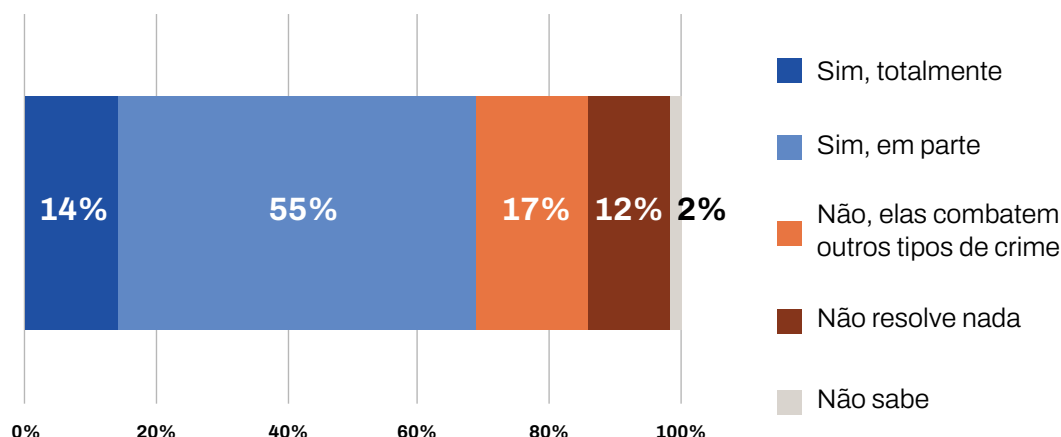
Quando você tem um problema de segurança, a quem você recorre?



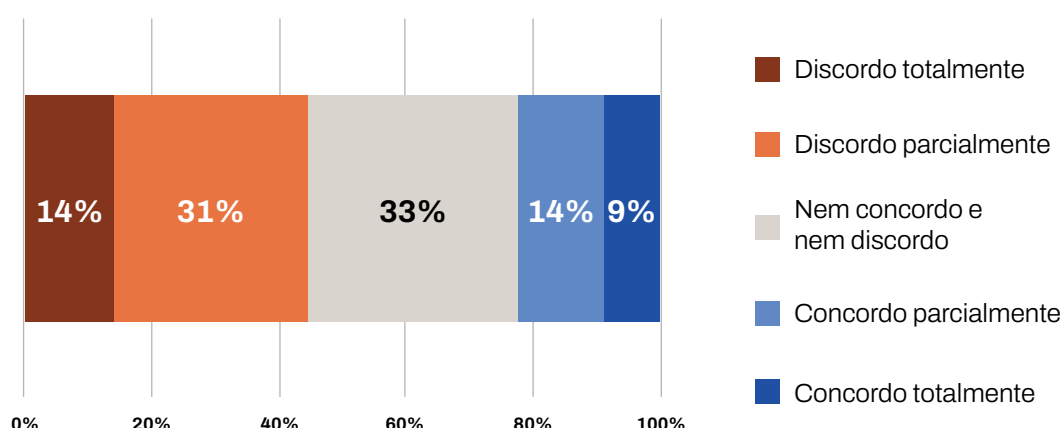
Qual frase melhor descreve o que você pensa sobre a “polícia”?



Você acha que as operações policiais combatem os crimes que mais afetam o seu dia a dia?



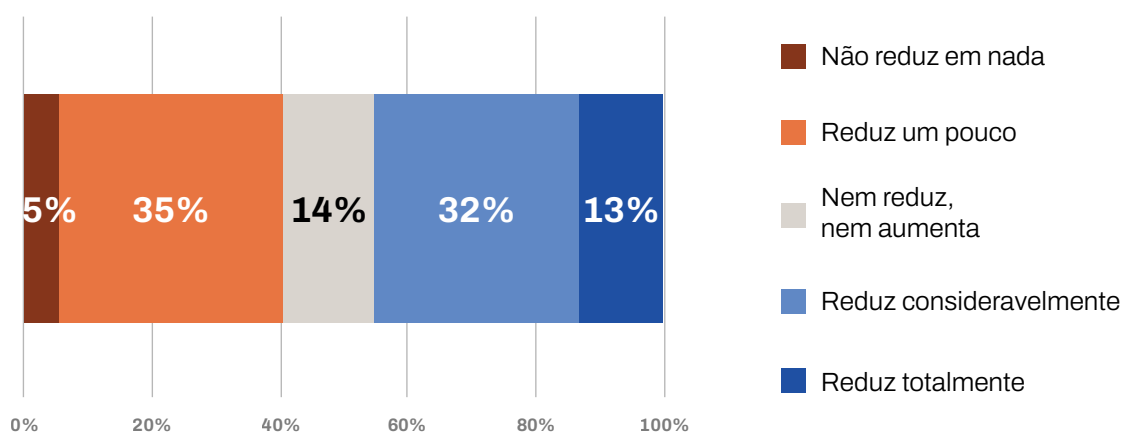
Depois de uma grande operação policial, a situação da segurança melhora?



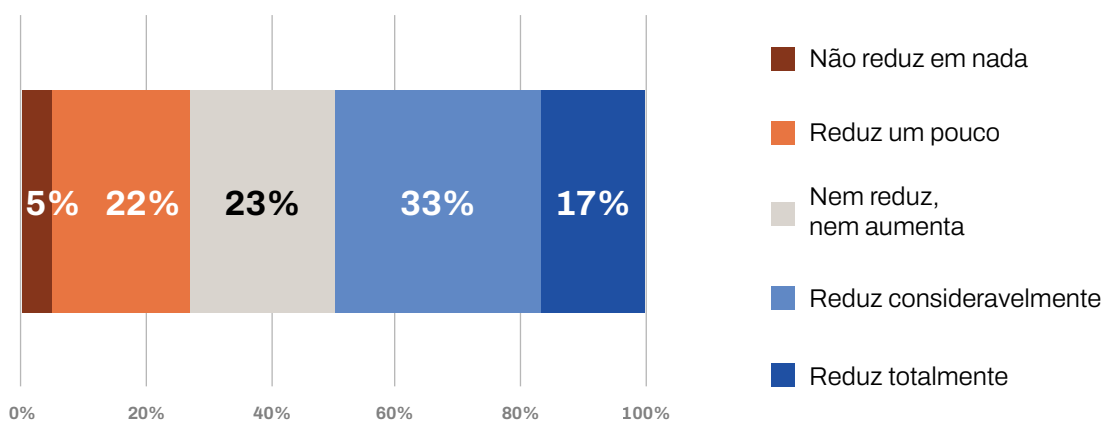
Essa ambivalência reaparece quando se passa do diagnóstico às propostas de solução. No debate público, o país costuma ser descrito como punitivista, mas os dados revelam mais complexidade.

Quando perguntados isoladamente, os brasileiros atribuem potencial semelhante à punição e à prevenção: 50% acreditam que prender criminosos reduz consideravelmente ou totalmente a violência, enquanto 45% dizem o mesmo sobre investimentos em educação e políticas sociais. O equilíbrio só desaparece quando precisam escolher prioridades. “Penas mais duras para criminosos” aparece como a solução mais citada (42%), enquanto “mais empregos e oportunidades” ocupa apenas a décima posição (16%). Ou seja, o punitivismo é a linguagem mais disponível para pensar segurança pública.

O quanto você acredita que investir em educação e políticas sociais reduz a violência?



O quanto você acredita que prender pessoas ajuda a reduzir o crime?



Na sua opinião, o que mais reduziria a violência no Brasil hoje?



Os dados indicam ainda que o caminho para reenquadrar o debate público sobre segurança começa no diálogo com mulheres e jovens (16 a 24 anos). São eles, os grupos que demonstram os maiores sinais de abertura para um repertório além da punição.



52%
DAS MULHERES



62%
DOS JOVENS

ACREDITAM NO CAMINHO DA PREVENÇÃO

Para construir esse relatório, além dos recortes tradicionais — gênero, raça, faixa etária, classe, renda, escolaridade e religião —, incluímos o território de moradia: dentro ou fora de favelas. O fatiamento por território revela diferenças que os recortes clássicos não captam: moradores de favelas se sentem mais inseguros (77% contra 66%) e apontam a violência (29%), e não a corrupção (19%), como o principal problema do país.

A pesquisa combinou duas etapas complementares. A primeira é uma pesquisa quantitativa nacional, realizada pelo Instituto Ideia de Pesquisa com 2.000 entrevistas telefônicas entre 24 e 31 de março de 2026, com margem de erro de 2,2 pontos percentuais. A segunda reúne estudos qualitativos conduzidos pela Estratégia Latina: dez tríades sobre segurança e mulheres e outras dez sobre segurança e facções criminosas. A metodologia completa está apresentada ao final do relatório.

O relatório se organiza em três capítulos. O primeiro examina como a população percebe a violência e quais fatores estruturam a sensação de insegurança. O segundo analisa as soluções imaginadas pelos brasileiros, seus limites e as diferenças entre grupos sociais. O terceiro discute como a segurança pública circula na comunicação, onde se espalham as desinformações e por que o tema tende a ocupar um lugar central na disputa eleitoral de 2026.

Boa leitura!

O problema e suas causas

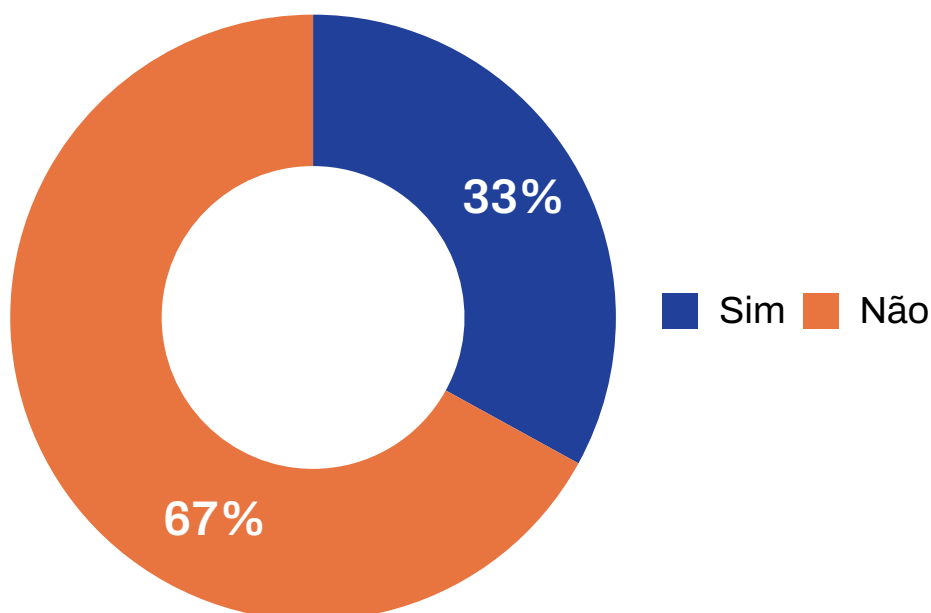
O medo organiza o que a gente vê, faz e espera do futuro. Durante décadas, as principais preocupações dos brasileiros estiveram associadas a falta de atendimento de saúde, fome e pobreza. Desde a redemocratização, o Estado concentrou seus esforços para reduzir parte dessas vulnerabilidades – do SUS às campanhas de vacinação, do Fome Zero ao Bolsa Família – , alcançando resultados concretos. Mas, no mesmo período, outro medo crescia à margem dessas conquistas. A violência se disseminou pelas cidades e explodiu, colocando o Brasil o país no topo do ranking de países com maior número absoluto de homicídios.

A pesquisa capta essa virada. A corrupção foi, por toda uma geração, a obsessão nacional, o tema que derrubava governos e enchia praças. Hoje, os entrevistados colocam a violência (25%) lado a lado com a corrupção (27%) como o maior problema do país, deixando para trás aflições permanentes como a economia (16%), a saúde (15%) e a educação (10%).

Na sua opinião, qual é o principal problema do Brasil hoje?

Corrupção	27%
Violência	25%
Economia	16%
Saúde	15%
Educação	10%
Moral e bons costumes	6%
Não sabe	1%

Você se sente seguro (a) onde mora?



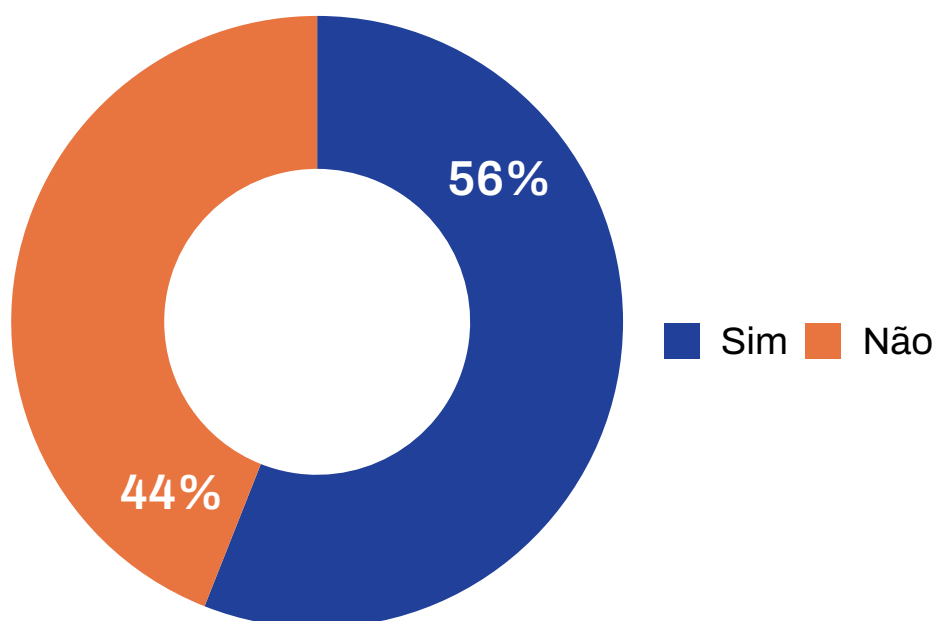
A sensação de insegurança não se limita à experiência direta da violência. Pouco mais da metade dos brasileiros (56%) já foi vítima de algum tipo de crime — mas a convivência com a violência é bem mais ampla: 76% dizem que alguém próximo, um familiar ou amigo, já foi vítima. A insegurança, portanto, não se alimenta apenas do que se sofre, mas também do que se testemunha ao redor.

O que mais se sofre não é o que mais se teme. Na lista de quem já foi vítima, o topo é furto de celular (64%), assalto à mão armada (59%) e agressão na rua (33%). Na lista dos medos, a ordem muda: assalto à mão armada (65%) — único

item nas duas listas — divide o topo com as balas perdidas (47%), as facções e milícias (43%) e o medo de transitar por locais com usuários de drogas ou pessoas em situação de rua (34%). O que assusta não é o crime mais comum, mas o que ameaça o corpo e cerceia o livre ir e vir.

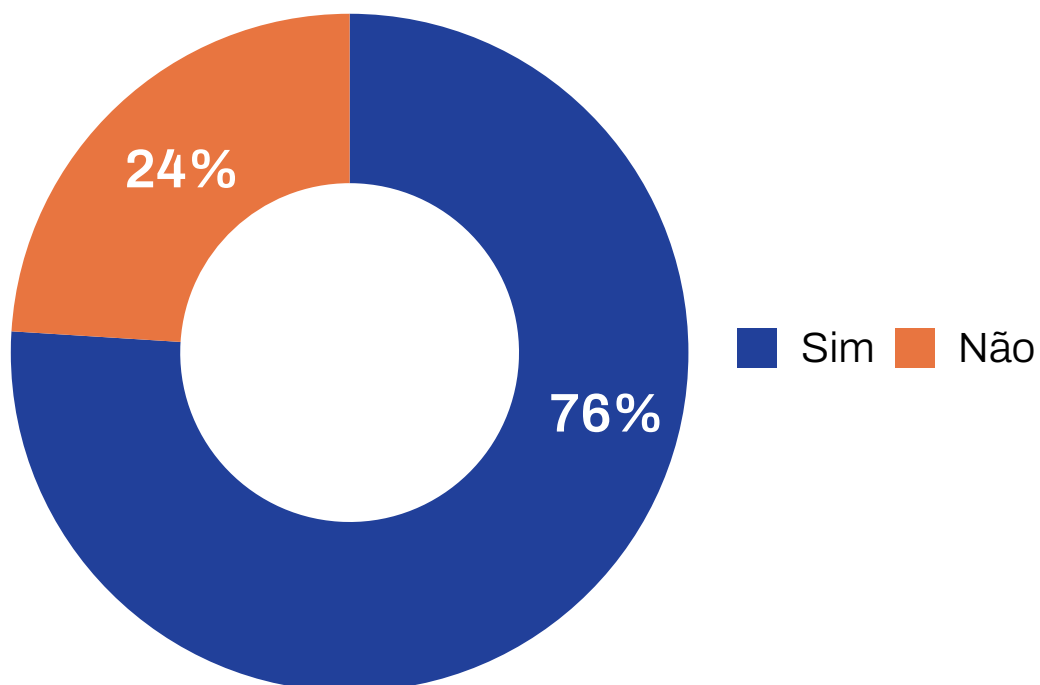
O que mais te faz sentir inseguro no seu dia a dia?	
Assalto à mão armada	65%
Balas perdidas	47%
Facções do tráfico ou milícias	43%
Transitar por locais com usuários de drogas e/ou pessoas em situação de rua	34%
Desaparecimento de crianças e adolescentes	29%
Abuso sexual/psicológico/outros tipos de abuso	27%
Violência doméstica	23%
Violência policial	18%
Outro	12%

Você já foi vítima de algum tipo de violência?



De quais tipos de violência você já foi vítima?	
Furto de celular	64%
Assalto à mão armada	59%
Agressão nas ruas	33%
Assédio	25%
Ameaça	22%
Violência contra a mulher	19%
Abuso físico/psicológico/outros tipos de abuso	12%
Violência policial	8%
Roubo de bicicleta	6%
Roubo de carro	5%
Roubo de moto	5%
Vandalismo/ casa/loja/escritorio	1%

**Alguém próximo a você (amigo ou parente)
já foi vítima de violência?**



Essa insegurança também reorganiza a vida cotidiana. Todos os entrevistados relatam algum impacto da violência em suas vidas. Medo de sair na rua (53%), preocupação com os filhos (48%), prejuízo financeiro (24%) e e insônia (12%) são os impactos mais concretos. Mas é revelador que impactos emocionais sejam ainda mais citados: dois terços afirmam sentir raiva e/ou revolta (67%) e igualmente dois terços reconhecem sentir angústia e/ou ansiedade (66%).

As consequências aparecem também nas escolhas mais corriqueiras. Oito em cada dez brasileiros (80%) deixaram de sair à noite, 68% evitam usar o celular na rua e 60% deixaram de frequentar determinados lugares. Até o transporte público — indispensável para boa parte da população — passou a ser evitado por quase um terço dos entrevistados (31%).

Quais os principais impactos que a violência gera para você no seu dia a dia?

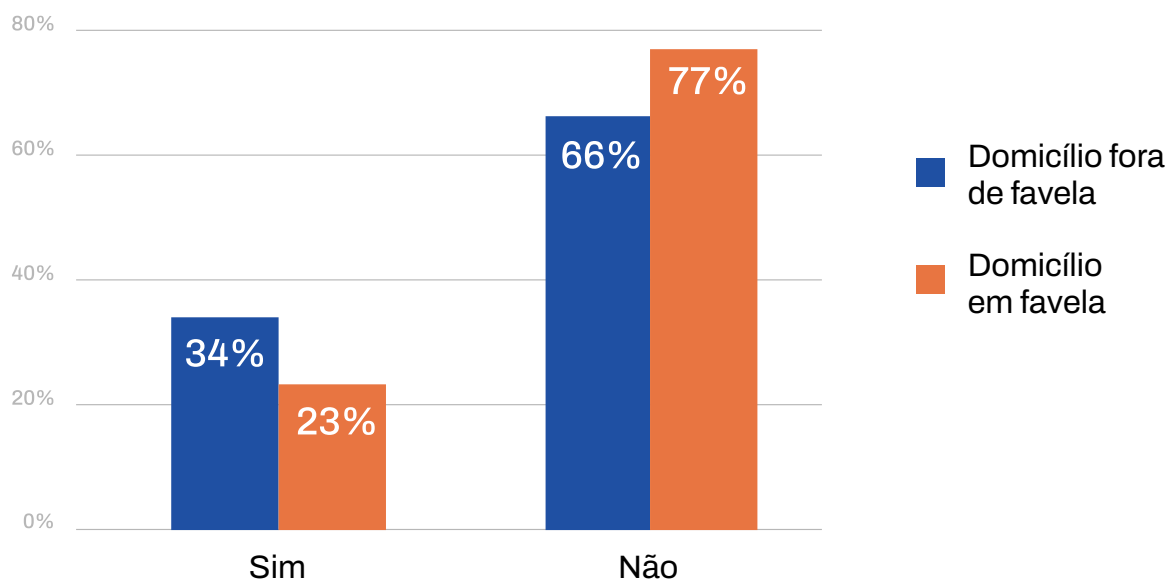
Raiva e/ou revolta	67%
Ansiedade e/ou tristeza	66%
Medo de sair na rua	53%
Preocupação com os filhos	48%
Prejuízo financeiro	24%
Insônia (Dificuldade para dormir)	12%

Nos últimos 12 meses, você deixou de fazer alguma coisa por medo da violência?

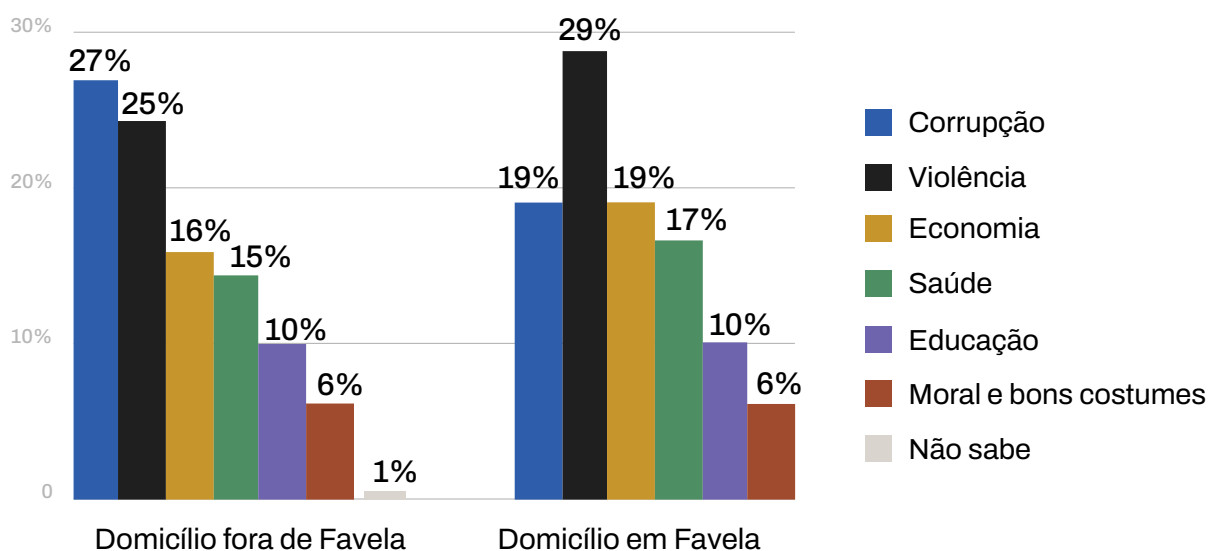
Sair de casa à noite	80%
Usar o celular na rua	68%
Frequentar determinados lugares	60%
Deixar filhos/crianças e adolescentes saírem sozinhos na rua	41%
Usar transporte público	31%
Ir ao trabalho ou escola	11%
Outro	1%
Nenhuma dessas	5%

A insegurança é ainda mais intensa nas favelas. Nesses territórios, 77% dos moradores se sentem inseguros onde vivem (contra 66% fora das favelas), 58% acreditam que a violência aumentou muito no último ano (contra 48%) e 29% apontam a violência como o principal problema do país (contra 25% na média nacional).

Você se sente seguro(a) onde mora?



Qual é o principal problema do Brasil hoje?



Nas favelas, o repertório de medos também muda. O assalto à mão armada continua entre as principais preocupações, mas divide espaço com o medo da bala perdida (64%), índice 19 pontos percentuais (p.p) superior ao registrado fora das favelas.

Fora das favelas, o medo está mais associado à possibilidade de ser alvo de um crime. Nas favelas, soma-se a ele o risco permanente de ser atingido por uma violência da qual não se participa: estar no lugar errado, na hora errada, em meio ao fogo cruzado.

Como você se informa sobre assuntos relacionados à violência e segurança?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Assalto à mão armada	65%	64%
Balas perdidas	45%	64%
Facções do tráfico ou milícias	43%	41%
Transitar por locais com usuários de drogas e/ou pessoas em situação de rua	35%	34%
Desaparecimento de crianças e adolescentes	30%	22%
Abuso sexual/psicológico/outros tipos de abuso	27%	24%
Violência doméstica	22%	24%
Violência policial	17%	12%
Outro	12%	4%

Os dados sugerem que o medo produz respostas diferentes conforme a margem de escolha de cada grupo. Moradores de favelas deixam mais de usar o celular na rua (+5 p.p), de utilizar o transporte público (+5 p.p) e até de ir ao trabalho ou à escola (+8 p.p) em relação às pessoas que não vivem em favelas. Em contrapartida, são menos propensos a deixar de frequentar determinados lugares (–10 p.p) ou a impedir que os filhos saiam sozinhos (–7%). A diferença parece refletir menos a intensidade do medo do que as possibilidades de adaptação. Quem depende da rua para trabalhar ou estudar não pode simplesmente deixar de circular e acaba reduzindo os riscos da forma que lhe é possível, como guardar o celular. Da mesma forma, muitas famílias, mesmo com medo, não têm alternativa a não ser permitir que os filhos se desloquem sozinhos.

A convivência cotidiana com a violência armada também produz um efeito importante sobre as diferentes percepções sobre soluções para segurança pública. A associação entre armas de fogo e segurança é mais frequente fora das favelas (26%) do que entre quem convive diariamente com a violência armada dentro delas (19%).

Nos últimos 12 meses, você deixou de fazer alguma coisa por medo da violência?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Sair de casa à noite	80%	79%
Usar o celular na rua	68%	73%
Frequentar determinados lugares	61%	51%
Deixar filhos/crianças e adolescentes saírem sozinhos na rua	41%	34%
Usar transporte público	30%	35%
Ir ao trabalho ou escola	10%	18%
Outro	1%	1%
Nenhuma dessas	5%	2%

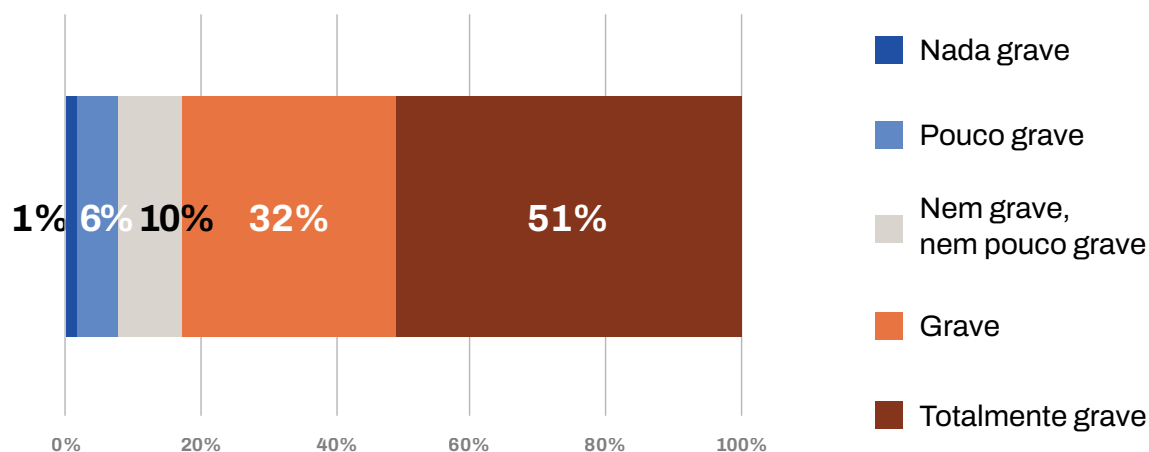
A pesquisa aponta três fatores estruturais que ajudam a compreender a percepção negativa da segurança pública: mulheres desproporcionalmente expostas à violência, instituições policiais às quais a população recorre, mas nas quais pouco confia, e a percepção de expansão do crime organizado.

Primeiro, as mulheres. Quase todo mundo reconhece que elas correm riscos que os homens não correm (92%), e a maioria (83%) considera alta ou muito alta a gravidade da violência contra a mulher em sua cidade. Seria de esperar, então, uma sensação de insegurança bem maior entre elas, mas não é o que ocorre. Na medida mais geral, homens e mulheres empatam: sentem-se igualmente inseguros onde moram (66% e 67%) e foram vítimas em proporções parecidas (57% e 55%).

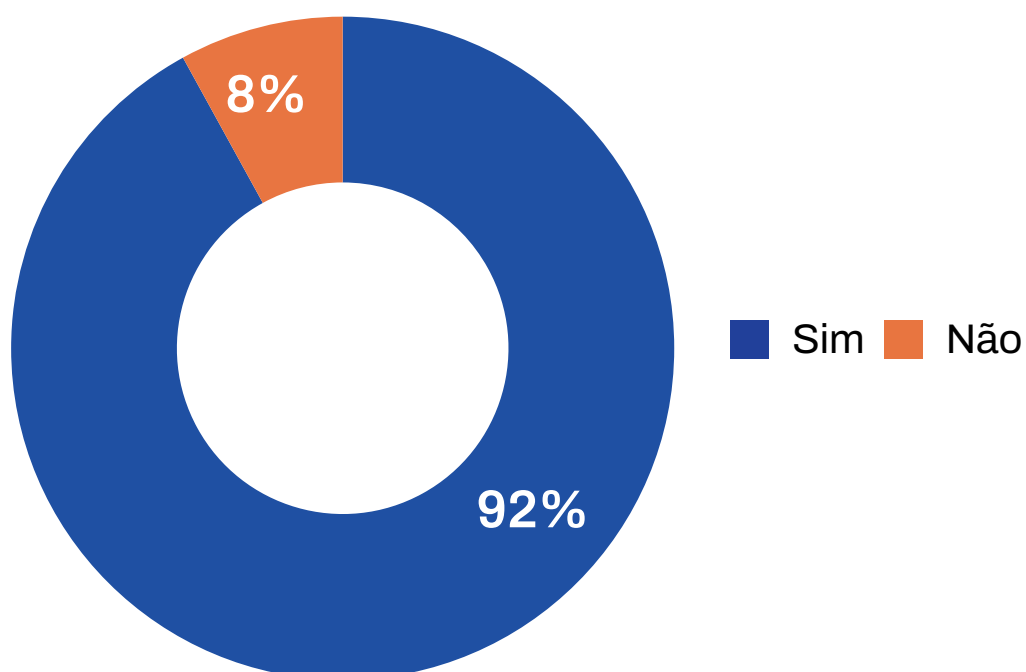
Mas o empate na percepção geral de insegurança não significa que homens e mulheres tenham os mesmos medos. Mulheres relatam mais terem sido vítimas de assédio (+5 p.p) e de abuso físico ou psicológico (+4 p.p); homens, de crimes patrimoniais (+3 p.p) e de agressão nas ruas (+5 p.p). Entre elas, destacam-se

ainda o medo da violência doméstica (+11 p.p) e o abuso sexual (+6 p.p). No transporte público, 39% das mulheres dizem se sentir inseguras, contra 26% dos homens, e também relatam essa sensação com muito mais intensidade (24% ante 11%).

O quanto você considera a violência contra a mulher um problema grave na sua cidade?



Você acredita que mulheres enfrentam riscos específicos que os homens não enfrentam?



Escuta qualitativa com mulheres: a hipervigilância feminina

Nos grupos focais, as participantes descrevem um estado de alerta permanente, tanto na rua quanto dentro de casa. “Você vive em estado de alerta, cérebro em estado de alerta o tempo todo”, resume uma participante de Manaus.

Essa vigilância constante cobra um preço, como ansiedade, estresse, depressão, afastamento do trabalho e, em alguns casos, medicação e acompanhamento psicológico aparecem como consequências recorrentes da convivência cotidiana com o medo.

Mais do que restringir a circulação, a insegurança passa a orientar decisões de vida das mulheres. Muitas participantes contam que limitam seus deslocamentos aos trajetos considerados indispensáveis — casa, trabalho, igreja e mercado — e deixam de aceitar oportunidades profissionais ou de lazer por causa dos riscos associados aos horários e aos percursos. Uma participante de Brasília relata ter recusado uma vaga em concurso público porque o posto era noturno e em outra cidade. Outra, de São Paulo, desistiu de frequentar a academia depois do expediente por não se sentir segura para voltar para casa após as 18 horas.

O transporte público aparece como uma das principais fronteiras do medo. No metrô, o vagão feminino é percebido como um espaço de proteção. Nos ônibus lotados, o assédio é descrito como recorrente e muitas vezes difícil de identificar ou denunciar. Aplicativos de transporte também oferecem uma sensação de segurança, sobretudo quando a motorista é mulher. “A gente chega e respira”, relata uma participante.

Diante da percepção de que “estamos por conta própria”, surgem estratégias cotidianas de autoproteção. Compartilhar a localização em tempo real com amigas e familiares, organizar grupos de carona exclusivamente femininos — como o “Vamos Juntas”, da Universidade de Brasília —, buscar aulas de artes marciais ou consumir conteúdos de autodefesa nas redes sociais tornam-se formas de reduzir a sensação de vulnerabilidade. A maioria rejeita a ideia de portar uma arma de fogo, mas algumas consideram recorrer a instrumentos como spray de pimenta ou *taser*.

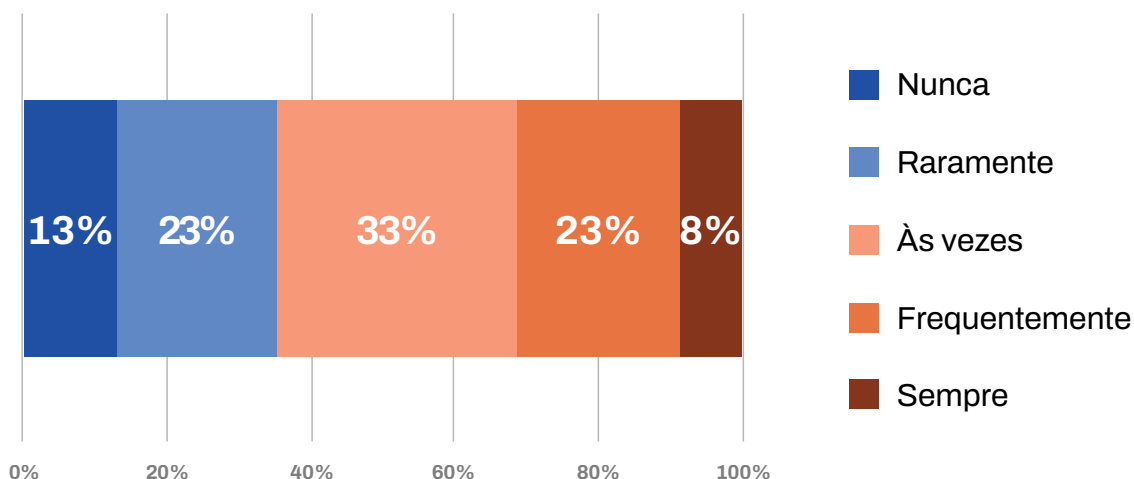
Também aparece de forma recorrente a ideia de que a presença de um homem oferece proteção. Maridos, irmãos, vizinhos e policiais são mencionados como figuras capazes de inibir agressões. A lógica é sintetizada por uma entrevistada em uma frase que atravessa diferentes grupos: “Homem só respeita homem.”

As polícias são o principal rosto da segurança pública. Diante de um problema, é à Polícia Militar (77%) e à Polícia Civil (65%) que a maioria dos brasileiros recorre. Recorrer, porém, não é o mesmo que confiar: menos da metade da população (41%) acredita que a polícia de fato a protege e quase 1/3 da população acredita que a polícia faz uso excessivo da força sempre ou com frequência (31%).

Essa desconfiança assume formas diferentes. Para 6%, a polícia representa mais perigo do que proteção; 14% a consideram despreparada; e o maior grupo (34%) acredita que ela tem a intenção de proteger, mas não consegue fazê-lo de forma efetiva.

A contradição reaparece na avaliação das operações policiais. Embora 69% considerem que elas combatem, em alguma medida, os crimes que afetam seu cotidiano, apenas 23% afirmam que a segurança melhora depois delas. Para a maioria dos brasileiros, o caminho escolhido para combater o crime não tem sido suficiente para produzir uma sensação duradoura de segurança.

A Polícia Militar faz uso excessivo do uso da força?



Na favela, a relação com a polícia é ainda mais crítica. Apenas 13% dos moradores de favelas acreditam que a polícia protege a população, ante 44% entre quem vive fora das favelas. Entre moradores de favelas, também é maior percepção de que ela é despreparada (34% contra 12%) e de que faz uso excessivo da força (44% contra 30%). Os dados sugerem que, nesses territórios, a avaliação da polícia envolve não apenas sua capacidade de proteger, mas também a forma como exerce esse papel e os resultados alcançados. Mais da metade dos moradores de favela não acreditam que a situação da segurança melhore depois de grandes operações policiais (51%). Dentre aqueles que não vivem em favelas, essa percepção crítica cai para 45%.

Qual frase melhor descreve o que você pensa sobre a 'polícia'?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
A polícia protege a população	44%	13%
A polícia tenta proteger, mas não consegue	34%	40%
A polícia está despreparada para proteger a população	12%	34%
A polícia representa mais perigo do que proteção	6%	8%
Depende de qual polícia e de onde você mora	4%	5%
Não sabe	1%	1%

A polícia militar faz uso excessivo da força?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Nunca	13%	9%
Raramente	24%	9%
Às vezes	33%	39%
Frequentemente	22%	28%
Sempre	8%	16%

As facções do tráfico e as milícias estão entre as quatro maiores fontes de insegurança do país (43%), à frente do medo de transitar por locais com usuários de drogas e/ou pessoas em situação de rua (34%), atrás apenas de assalto a mão armada (65%) e das balas perdidas (47%). O perfil de quem expressa esse medo, porém, chama atenção.

Você acha que as operações policiais combatem os crimes que mais afetam o seu dia a dia?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Sim, totalmente	15%	8%
Sim, em parte	56%	45%
Não, elas combatem outros tipos de crime	16%	28%
Não resolve nada	12%	14%
Não sabe	2%	5%

Depois de uma grande operação policial, a situação da segurança melhora?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Discordo totalmente	15%	8%
Discordo parcialmente	30%	43%
Nem concordo, nem discordo	33%	31%
Concordo parcialmente	14%	8%
Concordo plenamente	9%	10%

Escuta qualitativa em territórios sob influência de facções: polícia cobrada, mas sem crédito

Nos grupos focais realizados com pessoas que se identificam como conservadoras e moram em territórios sob influência de facções criminosas, os entrevistados não pedem menos polícia e sim uma polícia que consiga protegê-los. Rondas, viaturas e maior presença policial aparecem como demandas. Mas a presença da polícia, por si só, não é vista como suficiente. Os relatos descrevem uma força que chega em desvantagem diante da estrutura das organizações criminosas e não consegue impedir que assaltos e outros crimes continuem acontecendo.

A desconfiança na capacidade do Estado de proteger a população vai além das corporações policiais. Os participantes também responsabilizam governantes e o Judiciário por um sistema que consideram incapaz de enfrentar o crime organizado – o famoso “a polícia prende e a Justiça solta”.

Nas entrevistas, também aparece a sensação de que o Estado só reage em momentos de grande repercussão ou durante períodos eleitorais. Fora dessas ocasiões, prevalece a impressão de abandono.

É nesse ambiente que alguns entrevistados mencionam as megaprisões construídas por Nayib Bukele, em El Salvador. Mais do que defender um modelo específico, a referência expressa o desejo de ver um Estado capaz de impor limites ao crime organizado e fazer cumprir a lei.

O medo é mais frequente entre os brasileiros de maior renda: 54% dos entrevistados das classes A e B citam facções e milícias como fonte de insegurança, ante 40% entre os de menor renda (classes D e E). O mesmo padrão aparece na comparação entre pessoas brancas e pretas (47% contra 32%) e entre quem tem ensino superior e ensino fundamental (51% contra 38%).

Os dados apontam, portanto, que o medo das facções e milícias é mais agudo justamente dentre os cidadãos que, no geral, não vivem nas áreas controladas por esses grupos. Pessoas que não vivem em favelas respondem com mais frequência que esses grupos são um dos principais fatores de insegurança em suas vidas (+3 p.p) do que os moradores de favelas. Mas as pesquisas qualitativas apontam que essa situação não implica em ausência de medo por parte dos moradores de favelas. Pelo contrário, o medo se mostra presente constantemente e chega a organizar as estratégias de circulação e segurança. Mas a exposição cotidiana que ajuda a organizar a rotina, também ajuda a naturalizar comportamentos e, conseqüentemente, o próprio medo.

O que mais te faz sentir inseguro no seu dia a dia?

	Raça/cor			Classe			Escolaridade		
	Branco	Preto	Pardo	A/B	C	D/E	Superior	Médio	Fund.
Assalto à mão armada	69%	66%	61%	69%	62%	67%	70%	61%	66%
Balas perdidas	43%	51%	50%	31%	52%	53%	27%	52%	54%
Facções do tráfico ou milícias	47%	32%	43%	54%	40%	40%	51%	43%	38%
Transitar por locais com usuários de drogas/pessoas em situação de rua	35%	37%	33%	40%	35%	30%	40%	32%	34%
Desaparecimento de crianças e adolescentes	29%	27%	30%	27%	29%	31%	30%	30%	28%
Abuso sexual/ psicológico/ outros tipos de abuso	27%	26%	27%	31%	29%	19%	29%	30%	23%
Violência doméstica	20%	26%	24%	16%	23%	27%	13%	25%	26%
Violência policial	14%	26%	20%	11%	19%	21%	15%	19%	19%

Escuta qualitativa: Moradores de territórios sob influência de facções: controle de grupos armados

Nos grupos focais realizados com conservadores que moram de territórios sob influência de facções, o único local considerado seguro é a própria casa — e nem ela é percebida como totalmente protegida. Os entrevistados relatam medo de invasões e descrevem um cotidiano marcado pela necessidade de adaptar rotinas, trajetos e horários.

Também há a percepção de que a relação entre criminosos e moradores mudou. Segundo os participantes, antigos códigos informais poupavam trabalhadores e residentes. Mas a chegada de novos integrantes armados de perfil mais jovem e imprevisível tornou o ambiente mais instável. Usuários de crack também são apontados como responsáveis por furtos e invasões frequentes.

Os relatos mostram que a circulação passa a ser organizada em torno do risco. Muitos evitam determinadas ruas, praças e centros comerciais, principalmente à noite. Grupos de WhatsApp informam áreas de confronto e, em alguns casos, avisam sobre “toques de recolher” impostos pelas próprias facções.

A perda de liberdade aparece em quase todos os relatos. Ela restringe a circulação, dificulta o trabalho, afeta pequenos negócios e muda a forma como os moradores ocupam a cidade.

Esses três fatores — a mulher exposta, a polícia sem crédito, o crime que avança — não vivem separados: reforçam-se e se alimentam. Somados, desenham um país onde a população se sente sozinha diante do perigo e já não conta com o Estado para protegê-la.

Não surpreende, portanto, que no horizonte dos entrevistados não apareçam respostas vinculadas a políticas públicas efetivas, ainda que, quem vive a violência tem um diagnóstico preciso; quem a teme de longe, cultiva um medo difuso.

As soluções

Diante do quadro traçado até aqui — mulheres expostas a formas de violência que os homens não enfrentam, uma polícia em que se recorre mas não se confia, e a percepção de um crime organizado que avança —, o que a população quer que se faça a respeito?

Na sua opinião, o que mais reduziria a violência no Brasil hoje?

Penas mais duras para criminosos	42%
Combate às facções criminosas	33%
Combate ao tráfico de drogas	29%
Combate à corrupção	28%
Mais policiais nas ruas	28%
Policiais mais treinados	28%
Operações conjuntas entre Polícia Federal e Estadual	25%
Redução da maioria penal	21%
Investimento em tecnologia e inteligência policial	19%
Mais empregos e oportunidades	16%
Câmeras corporais nos policiais	15%

Avaliadas uma a uma, punitivismo ou prevenção quase empatam: 50% acham que prender reduz o crime de forma considerável ou total; 45% dizem o mesmo do investimento em educação e políticas sociais. Mas esse equilíbrio entre as duas alternativas se desfaz quando é preciso escolher prioridades numa lista.

“Penas mais duras” lidera a lista de soluções (42%), à frente do combate às facções (33%) e ao tráfico (29%). Logo atrás vem um bloco de medidas policiais e penais — mais policiais nas ruas, policiais mais bem treinados, operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias estaduais. A prevenção social aparece só em décimo lugar, com “mais empregos e oportunidades” (16%).

O quanto você acredita que investir em educação e políticas sociais reduz a violência?

MULHERES

Reduz totalmente

14%

Reduz consideravelmente

33%

Nem reduz, nem aumenta

13%

Reduz um pouco

35%

Não reduz em nada

5%

JOVENS

Reduz totalmente

25%

Reduz consideravelmente

30%

Nem reduz, nem aumenta

15%

Reduz um pouco

25%

Não reduz em nada

5%

TOTAL

Reduz totalmente

13%

Reduz consideravelmente

32%

Nem reduz, nem aumenta

14%

Reduz um pouco

22%

Não reduz em nada

5%

O quanto você acredita que prender pessoas ajuda a reduzir o crime?

MULHERES

Reduz totalmente

17%

Reduz consideravelmente

33%

Nem reduz, nem aumenta

23%

Reduz um pouco

22%

Não reduz em nada

5%

JOVENS

Reduz totalmente

15%

Reduz consideravelmente

37%

Nem reduz, nem aumenta

27%

Reduz um pouco

12%

Não reduz em nada

9%

TOTAL

Reduz totalmente

17%

Reduz consideravelmente

33%

Nem reduz, nem aumenta

23%

Reduz um pouco

22%

Não reduz em nada

5%

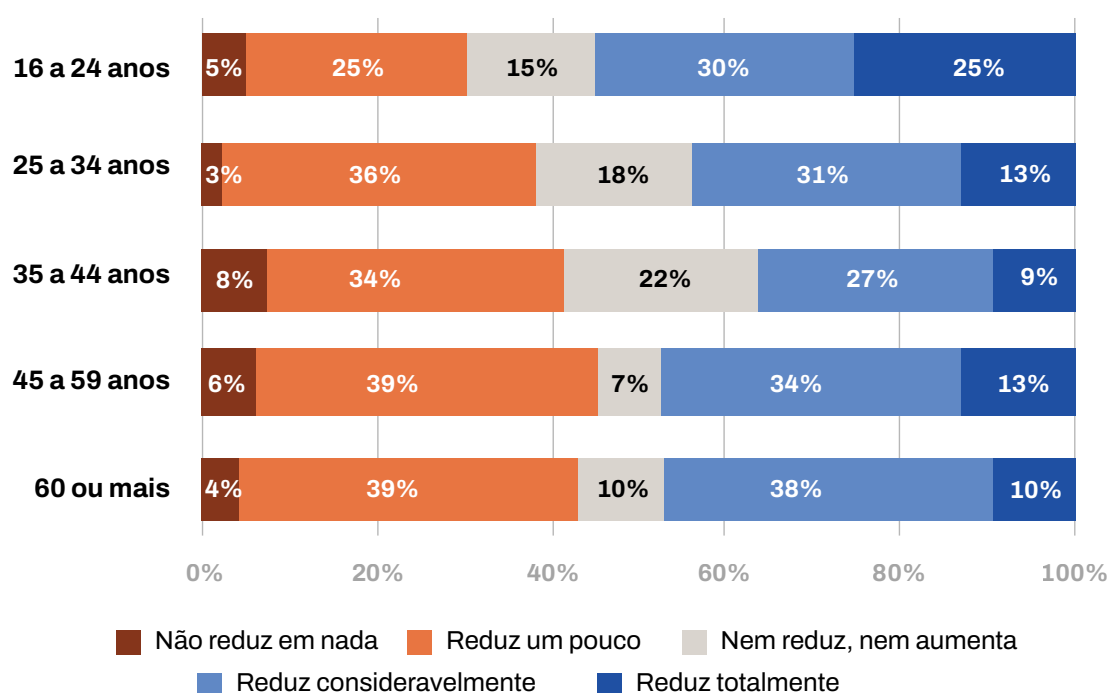
O punitivismo é transversal, mas em relação a ele há algumas supresas. A primeira delas está relacionada ao espectro político. Não são os conservadores que mais pedem punição: “penas mais duras” é a principal solução dos progressistas (51%) e neutros (42%). Mas para conservadores, elas aparecem em segundo lugar (38%), depois do combate às facções criminosas (43%). O punitivismo mais exarcebado também aparece na crença de que prender reduz o crime, com a qual 55% dos progressistas concordam (considerável ou totalmente), contra 48% dos conservadores.

Na sua opinião, o que mais reduziria a violência no Brasil hoje?	Conservador (a)	Progressista	Nem conservador(a) nem progressista
Penas mais duras para criminosos	38%	51%	42%
Combate às facções criminosas	43%	30%	28%
Combate ao tráfico de drogas	32%	31%	27%
Combate à corrupção	30%	18%	34%
Mais policiais nas ruas	31%	25%	26%
Policiais mais treinados	28%	31%	28%
Operações conjuntas entre Polícia Federal e Estadual	26%	26%	20%
Redução da maioria penal	24%	18%	19%
Investimento em tecnologia e inteligência policial	12%	25%	19%
Mais empregos e oportunidades	12%	21%	19%
Câmeras corporais nos policiais	8%	17%	20%
Poder ter uma arma de fogo para se proteger	13%	6%	13%

A segunda surpresa vem dos jovens. Entre os de 16 a 24 anos, “penas mais duras” também lidera (47%) — mas é o mesmo grupo mais aberto a alternativas: o que mais aposta em tecnologia e inteligência (27%), o que mais acredita que educação e políticas sociais reduzem a violência (55%) e o que menos apoia reduzir a maioria penal (apenas 5%).

Na sua opinião, o que mais reduziria a violência no Brasil hoje?	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 ou mais
Penas mais duras para criminosos	47%	38%	45%	46%	35%
Combate às facções criminosas	31%	32%	31%	30%	41%
Combate ao tráfico de drogas	30%	35%	28%	27%	28%
Combate à corrupção	26%	29%	28%	29%	29%
Mais policiais nas ruas	36%	26%	25%	24%	33%
Policiais mais treinados	28%	22%	34%	24%	32%
Operações conjuntas entre Polícia Federal e Estadual	24%	27%	24%	25%	22%
Redução da maioria penal	5%	22%	21%	24%	26%
Investimento em tecnologia e inteligência policial	27%	19%	21%	24%	7%
Mais empregos e oportunidades	14%	19%	17%	16%	15%
Câmeras corporais nos policiais	20%	13%	13%	15%	16%
Poder ter uma arma de fogo para se proteger	9%	14%	12%	12%	16%

O quanto você acredita que investir em educação e políticas sociais reduz a violência?



Outro elemento que parece organizar as soluções apresentadas é o território de moradia da população. Os moradores de favelas se mostram significativamente menos punitivistas do que a população geral: apenas 24% identificam o endurecimento de penas como uma das principais estratégias de solução da violência. Nesses territórios, ganham prioridade o combate ao tráfico de drogas (41%) e às facções criminosas (39%), ambos acima da média nacional.

Na sua opinião, o que mais reduziria a violência no Brasil hoje?	Domicílio fora da favela	Domicílio em favela
Penas mais duras para criminosos	44%	24%
Combate às facções criminosas	32%	39%
Combate ao tráfico de drogas	28%	41%
Combate à corrupção	29%	23%
Mais policiais nas ruas	29%	21%
Policiais mais treinados	28%	29%
Operações conjuntas entre Polícia Federal e Estadual	25%	21%
Redução da maioria penal	21%	18%
Investimento em tecnologia e inteligência policial	20%	18%
Mais empregos e oportunidades	16%	22%
Câmeras corporais nos policiais	14%	23%
Poder ter uma arma de fogo para se proteger	12%	14%

Por fim, há o tema das armas. A maioria dos brasileiros rejeita a ideia de que mais pessoas armadas tornam a sociedade mais segura. Para 46%, o efeito é contrário: mais pessoas armadas tornam a sociedade mais perigosa. Apenas 25% acreditam que mais armas entre os cidadãos deixa a sociedade mais segura. Dividido por orientação política, o dado se equilibra entre os conservadores (37% “mais perigosa” e 37% “mais segura”), enquanto entre os progressistas o rechaço é claro: 61% veem mais perigo.

Na sua opinião, ter mais pessoas armadas torna a sociedade

PROGRESSISTA

Mais segura

18%

Nem mais perigosa,
nem mais segura

19%

Mais perigosa

61%

Não sabe

3%

NEM CONSERVADOR, NEM PROGRESSISTA

Mais segura

21%

Nem mais perigosa,
nem mais segura

29%

Mais perigosa

46%

Não sabe

4%

CONSERVADOR

Mais segura

37%

Nem mais perigosa,
nem mais segura

22%

Mais perigosa

37%

Não sabe

4%

TOTAL

Mais segura

25%

Nem mais perigosa,
nem mais segura

24%

Mais perigosa

46%

Não sabe

5%

As operações policiais têm amplo apoio, mas pouca credibilidade quanto aos seus resultados. Embora 69% dos brasileiros acreditem que elas combatem os crimes que afetam seu dia a dia, apenas 23% dizem que a segurança melhora depois de uma operação. Para mais de 3 em cada 4 brasileiros, ela piora ou permanece igual.

Entre moradores de favelas, a descrença é ainda maior: 51% afirmam que a segurança não melhora após uma operação, contra 45% entre quem vive fora delas. Por que um modelo visto como pouco eficaz continua recebendo tanto apoio? Para muitos brasileiros, o problema não é a ação da polícia, mas a incapacidade da Justiça de manter criminosos presos. A expressão “prende e solta” resume essa percepção.

Como há décadas a população convive com a ideia de que apenas a polícia é responsável pela segurança pública, é inevitável que o confronto passa a ser visto por alguns como a única punição “definitiva”: no país, 22% consideram que o melhor destino para criminosos é serem mortos em confronto com a polícia. O apoio, porém, é desigual — sobe para 33% entre as classes A e B e cai para 8% entre moradores de favela, justamente quem mais convive com o risco de ser atingido nessas ações.

Na sua opinião, é melhor que os criminosos sejam	Total	Domicílio fora de favela	Domicílio em favela	A/B	C	D/E
Mortos em confronto com a polícia	22%	23%	8%	33%	16%	21%
Presos e mantidos na cadeia por muito tempo	38%	37%	49%	35%	43%	34%
Presos e ressocializados	25%	25%	21%	16%	27%	30%
Depende do crime	14%	14%	17%	16%	12%	15%
Não sabe	1%	1%	6%	0%	2%	1%

Escuta qualitativa: confronto e inteligência

A etapa qualitativa com eleitores conservadores que vivem em territórios de facção ajuda a explicar essa aparente contradição.

Apresentados a duas reportagens — uma sobre uma grande operação de confronto no Rio de Janeiro, outra sobre uma operação de inteligência que mirou as finanças de uma facção —, os participantes fizeram uma distinção clara.

Quando pensam no que realmente enfraquece o crime organizado, apontam a inteligência: seguir o dinheiro, desmontar o alto escalão e prender os “peixes grandes”. Reconhecem que operações com mortes em favelas pouco mudam a estrutura das facções.

Mas, no plano simbólico, o confronto tem mais apelo. A morte do bandido entrega a “justiça definitiva” que o “prende e solta” nega. As operações de inteligência soam abstratas e distantes do cotidiano: fala-se em “Faria Lima”, fintechs, bancos. Mas despertam reação positiva quando associadas à prisão dos peixes grandes. A ideia de que “os de cima também pagam” mobiliza um sentimento de justiça ainda pouco explorado na comunicação sobre segurança pública.

A etapa qualitativa com eleitores conservadores que vivem em territórios de facção ajuda a explicar essa aparente contradição.

Apresentados a duas reportagens — uma sobre uma grande operação de confronto no Rio de Janeiro, outra sobre uma operação de inteligência que mirou as finanças de uma facção —, os participantes fizeram uma distinção clara.

Quando pensam no que realmente enfraquece o crime organizado, apontam a inteligência: seguir o dinheiro, desmontar o alto escalão e prender os “peixes grandes”. Reconhecem que operações com mortes em favelas pouco mudam a estrutura das facções.

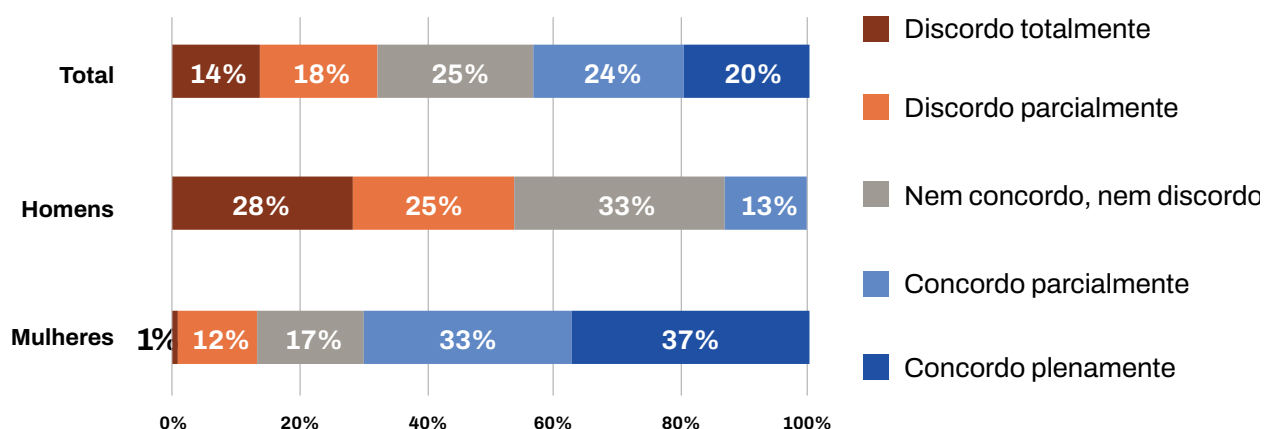
Mas, no plano simbólico, o confronto tem mais apelo. A morte do bandido entrega a “justiça definitiva” que o “prende e solta” nega. As operações de inteligência soam abstratas e distantes do cotidiano: fala-se em “Faria Lima”, fintechs, bancos. Mas despertam reação positiva quando associadas à prisão dos peixes grandes. A ideia de que “os de cima também pagam” mobiliza um sentimento de justiça ainda pouco explorado na comunicação sobre segurança pública.

Apontadas as soluções, resta saber quem a população reconhece como voz confiável para falar de segurança. No topo estão políticos, delegados, juristas e comentaristas, seguidos dos policiais que compartilham o cotidiano da população. Em seguida vêm as mulheres próximas — amigas, vizinhas, colegas, familiares —, à frente de lideranças religiosas, comunitárias e até dos homens próximos.

Quando o assunto é melhorar a segurança na sua vida, na vida da sua família ou no bairro em que você mora, de quem você escuta as melhores soluções?	
Personalidades (políticos, delegados, juristas e comentaristas) que falam sobre segurança pública	18%
Policiais que compartilham o cotidiano ou dicas	15%
Mulheres próximas a você (amigas, vizinhas, colegas de trabalho ou familiares)	12%
Alguém da sua religião ou espiritualidade (líder religioso/espiritual ou grupos religiosos/espirituais)	9%
Um(a) apresentador de programas policiais ou telejornais locais	9%
Um(a) líder na sua comunidade ou representantes de associações de bairro	8%
Homens próximos a você (maridos, irmãos, pais, amigos ou colegas de trabalho)	8%
Um(a) educador(a) ou pessoa ligada à educação na sua comunidade (professores, coordenadores, treinadores etc.)	6%
Um(a) influenciador(a) ou instrutor(a) de autodefesa e segurança pessoal	4%
Um(a) liderança políticas	4%
Um(a) influenciador(a) que fala sobre maternidade, família ou saúde	3%
Algum artista ou celebridade engajada (músicos, atores, etc.)	0%
Não sabe	3%

Quando se pergunta se “as mulheres têm melhores ideias e soluções para a segurança pública”, 44% concordam em algum grau. Mas a média esconde a maior divisão de toda a pesquisa: entre as mulheres, 37% concordam plenamente; entre os homens, quase ninguém (0,3%). E 28% dos homens discordam por completo, contra menos de 1% das mulheres.

As mulheres têm melhores ideias para a segurança pública?



Quando perguntamos a população sobre quais soluções ela imagina ou deseja para a segurança pública, dois grupos se destacam pela maior abertura a respostas fora do eixo policiamento e aprisionamento. As mulheres combinam punição e prevenção e são vistas como voz legítima no tema. Os jovens vão na mesma direção: acreditam mais em educação e inteligência investigativa e são os que mais rejeitam reduzir a maioria penal.

O resultado chama atenção. As mulheres, que a primeira seção mostrou entre as mais expostas à violência, estão também entre as mais abertas a alternativas ao modelo punitivo — e o mesmo perfil aparece nos jovens. Existe, portanto, um ativo para ampliar o debate. O problema é que essas ideias raramente são

Escuta qualitativa: o papel das mulheres

A etapa qualitativa com mulheres reforça esse papel de liderança no debate. Diante da violência de gênero, as entrevistadas combinam dois tipos de resposta: defendem o endurecimento das punições, mas também dão grande peso à prevenção — pela educação desde a infância e pelo fortalecimento da autonomia feminina. Na política, prevalece a percepção de que candidatas são mais sensíveis e comprometidas com a segurança das mulheres. Essa expectativa influencia o voto e se reflete nas referências citadas, de Michelle Bolsonaro a Erika Hilton.

Comunicação e eleições

A televisão continua sendo a principal fonte de informação sobre segurança pública: 68% se informam pelos telejornais, que lideram em praticamente todos os grupos pesquisados. A TV é ainda mais importante entre moradores de favelas (74% contra 67% fora dela) e entre pessoas que completaram até o ensino fundamental (71%, ante 63% entre quem tem ensino superior.

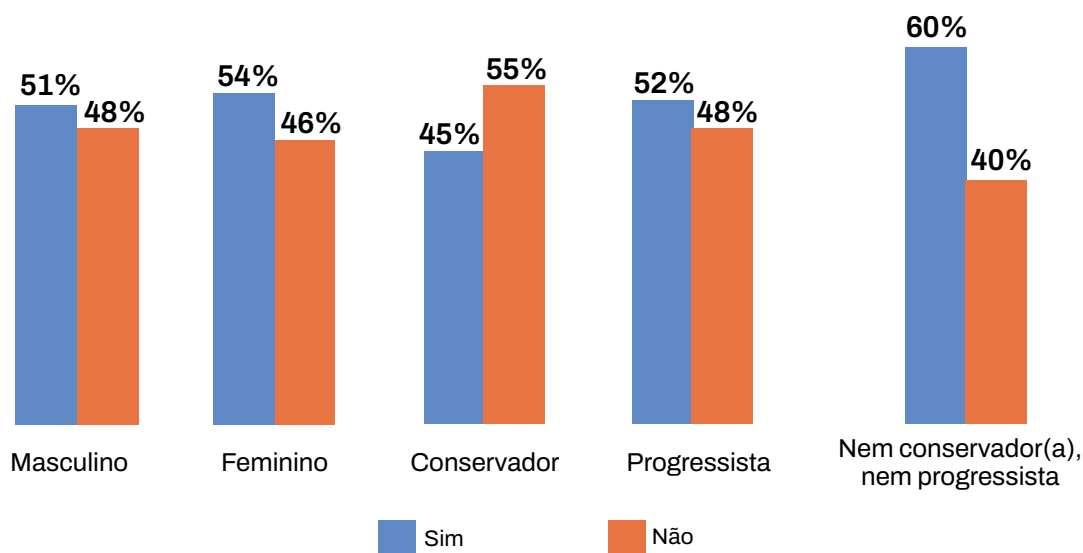
As redes sociais vêm logo atrás (50%) e aparecem com força em todos os grupos, inclusive entre as classes A/B (61%) e entre os mais escolarizados (57%). Os sites de notícias aparecem em terceiro lugar (43%) e são usados mais por quem tem mais escolaridade.

Como você se informa sobre assuntos relacionados à violência e segurança?	Total	Domicílio fora de favela	Domicílio em favela	A/B	C	D/E	Superior	Médio	Fundamental
TV (telejornais)	68%	67%	74%	61%	70%	69%	63%	67%	71%
Redes sociais (Instagram, TikTok, Facebook)	50%	50%	51%	61%	49%	43%	57%	50%	45%
Sites de notícias	43%	44%	34%	48%	42%	42%	51%	41%	40%
Conversa com vizinhos, amigos, família	35%	35%	38%	41%	34%	32%	37%	34%	35%
Grupos de WhatsApp	28%	28%	26%	25%	30%	27%	22%	30%	29%
Rádio	27%	27%	24%	22%	28%	29%	22%	29%	28%
Experiência própria no bairro	20%	20%	18%	17%	18%	23%	17%	21%	20%
Lideranças religiosas (padre, pastor, grupo de igreja)	10%	10%	4%	9%	11%	9%	9%	12%	8%
Líder de comunidade/ representante de bairro/ síndicos	2%	2%	0%	1%	1%	3%	1%	1%	3%
Escolas/ Cursos/ Professores/ Educadores	1%	1%	6%	0%	1%	3%	0%	1%	2%

Mais da metade dos brasileiros (53%) afirma já ter mudado de opinião sobre segurança por causa de conteúdo visto nas redes sociais. O índice é maior entre as mulheres (54%) e chega a 60% entre quem afirma ser neutro no espectro político.

Em qualquer caso, a leitura é a mesma: a TV ainda fixa o enquadramento de base, mas é nas redes que as opiniões mudam. Qualquer estratégia de comunicação sobre segurança precisa habitar os dois mundos.

Você já mudou de opinião sobre segurança por causa de conteúdos vistos nas redes?



ONDE MORAM A CONFIANÇA E A DESINFORMAÇÃO

A mídia tradicional continua sendo a fonte de informação mais confiável para os brasileiros (32%), sendo maior nas classes mais pobres (42% na população das classes D/E), nas favelas (39%), entre jovens de 16 a 24 anos (37%) e entre os conservadores (35%).

As principais diferenças aparecem no restante do ranking e, sobretudo, quando observamos as respostas de acordo com o posicionamento político da população. Depois da mídia tradicional, os progressistas confiam muito mais em páginas oficiais de governo e ONGs (28% contra 10% dos conservadores), enquanto os conservadores confiam mais em influenciadores (11% contra 4% dos progressistas) e são os que mais acusam a mídia tradicional de divulgar fake news (10%).

Escuta qualitativa: segurança virou conteúdo

As duas etapas qualitativas mostram que, hoje, a segurança é experimentada também como conteúdo de rede social. Na pesquisa qualitativa com mulheres, há um interesse crescente por autodefesa, com buscas por aulas de artes marciais e por conteúdos de influenciadores, coaches e “mentorias” sobre como se proteger.

Já nos grupos focais com moradores de territórios controlados por facções que se definem como conservadores, chama atenção o consumo de conteúdo sobre operações de confronto, vários acompanhavam de perto operações policiais, muitas vezes pelos perfis dos próprios policiais envolvidos. Enquanto o confronto gera imagens, personagens e grande circulação nas redes, as operações de inteligência permanecem quase invisíveis, apesar de serem consideradas mais eficazes para combater o crime organizado. Tornar essas ações mais conhecidas pode ajudar a aproximar a percepção pública das estratégias que a própria população reconhece como mais efetivas.

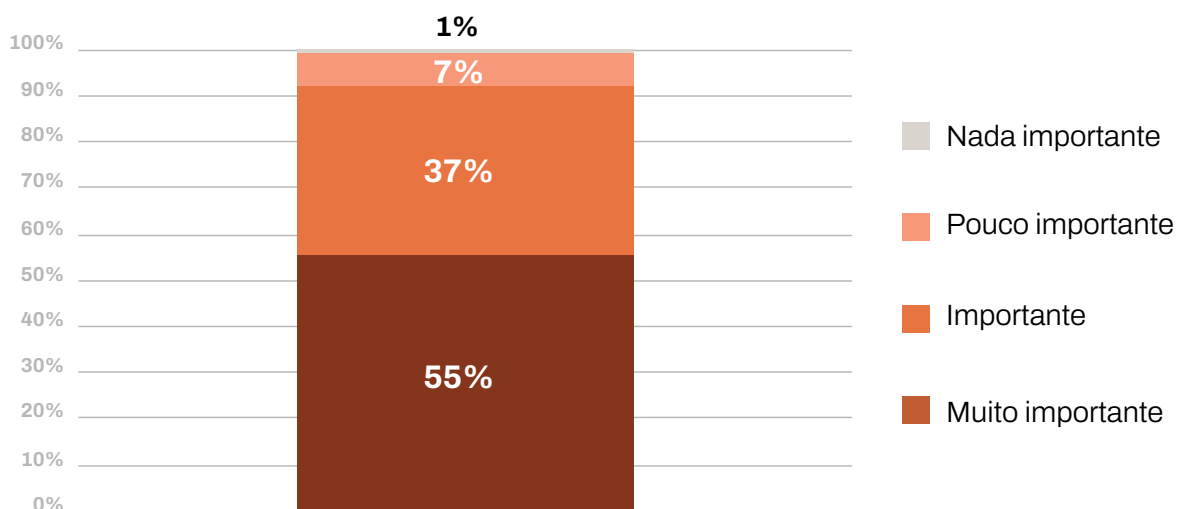
Quando o assunto é melhorar a segurança na sua vida, na vida da sua família ou no bairro em que você mora, onde você acha que encontra as informações mais confiáveis?	Total	Domicílio fora de favela	Domicílio em favela	Conservador(a)	Progressista	Nem conservador(a), nem progressista
Canais de notícia da mídia tradicional (TV, jornais, revistas etc.)	32%	31%	39%	35%	30%	28%
Páginas oficiais do governo ou de ONGs que trabalham com segurança	17%	18%	10%	10%	28%	17%
Espaços da comunidade ligados à educação, saúde ou atividades sociais	12%	12%	12%	7%	7%	20%
Influenciadores nas redes sociais (Instagram, TikTok, X/Twitter, Facebook etc.)	8%	8%	4%	11%	4%	6%
Espaços religiosos ou espirituais	7%	7%	13%	8%	11%	6%
Grupos menores de WhatsApp (amigos e família)	7%	7%	12%	9%	7%	6%
Grupos grandes de WhatsApp (grupos onde nem todos se conhecem)	6%	6%	3%	6%	9%	5%
Lideranças políticas ou campanhas políticas	5%	5%	6%	8%	3%	5%
Delegados, juristas e comentaristas de segurança pública	2%	3%	0%	3%	1%	2%
Mulheres próximas a você (amigas, vizinhas, colegas de trabalho ou familiares)	1%	1%	0%	2%	1%	1%
Homens próximos a você (maridos, irmãos, pais, amigos ou colegas de trabalho)	1%	1%	0%	1%	1%	1%
Outro	1%	1%	0%	1%	0%	1%
Não sabe	1%	1%	1%	0%	0%	2%

Do lado da desinformação, a população aponta um responsável principal: os influenciadores nas redes sociais, que lideram com folga como maior fonte de fake news (38%), seguidos dos grandes grupos de WhatsApp (26%). No recorte territorial, a desconfiança dos influenciadores é maior nas favelas (46% contra 38% fora). No ideológico, a desconfiança é maior entre progressistas (42%) que entre conservadores (37%).

Quando o assunto é melhorar a segurança na sua vida, na vida da sua família ou no bairro em que você mora, onde você acha que existe mais risco de encontrar fake news (mentiras)?	Total	Domicílio fora de favela	Domicílio em favela	Conservador(a)	Progressista	Nem conservador(a), nem progressista
Influenciadores nas redes sociais (Instagram, TikTok, X/Twitter, Facebook etc.)	38%	38%	46%	37%	42%	33%
Grupos grandes de WhatsApp (grupos onde nem todos se conhecem)	26%	26%	24%	26%	29%	25%
Grupos menores de WhatsApp (amigos e família)	12%	12%	16%	10%	8%	16%
Lideranças políticas ou campanhas políticas	9%	9%	5%	11%	7%	9%
Canais de notícia da mídia tradicional (TV, jornais, revistas etc.)	8%	8%	4%	10%	8%	7%
Espaços religiosos ou espirituais	2%	2%	4%	1%	2%	4%
Páginas oficiais do governo ou de ONGs que trabalham com segurança	2%	2%	1%	3%	1%	3%
Espaços da comunidade ligados à educação, saúde ou atividades sociais	2%	2%	1%	1%	1%	1%
Não sabe	2%	2%	1%	1%	2%	3%

Um dos grandes consensos da pesquisa é que a segurança pública será importante para as eleições de 2026. Para 92% dos brasileiros, o tema terá peso na disputa por votos. E, na maioria dos segmentos pesquisados, mais da metade da população aponta o tema como “muito importante”, não havendo diferenças significativas — para além da margem de erro — dentre os grupos de gênero, raça e territorial. A variação regional é pequena (de 52% no Norte a 57% no Sudeste). Assim como a variação de acordo com o posicionamento político (52% entre conservadores e 55% entre progressistas). Mas vale ressaltar os grupos onde o tema assume mais importância: pessoas com ensino superior completo (68%), classes A/B (64%), população entre 45 e 59 anos (62%) e jovens entre 16 e 24 anos (59%). Em contrapartida, os idosos são o grupo que tende a atribuir menos importância ao tema — apenas 45% acha a segurança pública muito relevante para as eleições de 2026.

**Qual o grau de importância para você sobre
o tema de segurança pública nas eleições de 2026?**



Ignorar a segurança pública em 2026 significa deixar de lado um dos temas que mais mobilizam o eleitorado. Numa eleição em que a segurança é decisiva, a combinação entre as ideias punitivistas, a descrença na efetividade da polícia e o repertório limitado para falar do assunto cria um risco e uma oportunidade.

O risco é a escalada de narrativas alarmistas, alimentadas justamente nas redes, onde as opiniões são mais influenciáveis e onde o confronto rende mais conteúdo.

Em outras palavras, inteligência convence; confronto mobiliza. O desafio para a comunicação pública é aproximar essas duas dimensões: mostrar que operações de inteligência também produzem justiça concreta e enfraquecem o crime organizado. Os dados sugerem que mulheres e jovens podem desempenhar um papel importante nesse reenquadramento. São os grupos que demonstram maior abertura a uma agenda que combina punição, prevenção, educação e fortalecimento das instituições, ampliando o repertório tradicional da segurança pública.

Conclusão

Esta pesquisa começou com um paradoxo e uma curiosidade: por que o medo cresce enquanto os indicadores de violência recuam? Não se trata de desprezar o medo, tão difundido na sociedade brasileira, mas de compreender as percepções que o disparam e como elas moldam as respostas que as pessoas procuram para se proteger.

O medo também é um recurso político. Ele é usado para mobilizar, agregar comunidades e garantir votos. Neste contexto, ganham força propostas que soam fáceis e têm forte apelo emocional, muitas já presentes no repertório da população, ainda que nem sempre sejam percebidas como as mais eficazes para reduzir a violência ou ampliar a segurança. Já quem defende a garantia de direitos e políticas públicas baseadas em evidências frequentemente é visto como incapaz de “apontar soluções” para a insegurança. Também se tornou comum dizer que o campo progressista evita o debate sobre segurança pública. A história da sociedade civil brasileira desmente as duas afirmações. Nas últimas três décadas, enquanto o país enfrentava o aumento da violência letal e do encarceramento, organizações, pesquisadores e especialistas produziram diagnósticos, formularam propostas e acumularam conhecimento sobre o tema.

Mais do que nunca, este é o momento de colocar esse repertório na rua, com eloquência e convicção. O tema é relevante para 92% dos brasileiros e ocupa um lugar central nas eleições de 2026.

A discussão sobre segurança vai acontecer; a questão é quais ideias terão mais espaço: se a escalada punitiva ou a agenda de direitos e eficácia. O medo dos brasileiros não é irracional, mas as respostas que ele mobiliza não são fixas. Elas podem mudar à medida que novas soluções ganhem visibilidade e sejam reconhecidas pela população como parte da agenda de segurança pública.

A primeira oportunidade está na descrença em relação ao modelo atual. Os brasileiros pedem mais punição, mas não acreditam que os instrumentos mais visíveis da política de segurança os deixem mais seguros. Esse descompasso abre espaço para discutir o que, de fato, funciona para reduzir a violência.

A segunda está no desejo de punição. Os dados sugerem que há um forte desejo de justiça diante da sensação de que o sistema não responsabiliza os criminosos. Ao mesmo tempo, a inteligência policial, o combate às finanças do crime e a responsabilização dos “peixes grandes” são reconhecidos pela população como caminhos eficazes. O desafio é torná-los mais conhecidos e palpáveis no debate público.

A terceira oportunidade está em quem pode portar essa mensagem. Mulheres e jovens aparecem entre os grupos mais afetados pela insegurança e entre os que mais apoiam soluções que vão além da repressão — o que os credencia como vozes de uma agenda de segurança mais ampla.

É nosso desejo que as ideias e os dados reunidos aqui sirvam para conectar pessoas e organizações, contribuam com a criação de novas narrativas e iluminem conversas que nutram o debate público. Precisamos falar mais (e não menos) sobre segurança; mas precisamos falar com originalidade, escutando cada vez mais as mulheres e os jovens, porque o futuro virá do diálogo e daqueles que todos os dias já enfrentam o medo e a violência para seguir adiante.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares: a primeira, de caráter qualitativo, voltada à compreensão em profundidade de percepções e estratégias de enfrentamento à violência urbana, realizada no primeiro semestre de 2026. A segunda fase, de abordagem quantitativa, destinada a mensurar a opinião pública nacional sobre segurança pública, foi realizada entre os dias 24 e 31 de março de 2026 de 2026.

ETAPA QUALITATIVA

A etapa qualitativa se dividiu em duas trilhas: uma focada na experiência de mulheres e outra com pessoas que vivem em áreas controladas por grupos armados.

A trilha com pessoas que convivem com o domínio territorial armado foi conduzida em 2026 com homens e mulheres que se autodeclaram conservadores, residentes em distintas regiões do país. O critério de inclusão política exigiu que todos os participantes tivessem votado em Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2022. A identificação ideológica foi verificada por meio de três perguntas-filtro: autoposicionamento no eixo conservador/progressista, conservadorismo nos costumes e posição contrária à legalização do aborto. Em termos socioeconômicos, todos os entrevistados declararam renda familiar entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000 mensais.

O objetivo central foi compreender as estratégias individuais de enfrentamento e adaptação mobilizadas cotidianamente pelos entrevistados diante da violência urbana, bem como suas percepções sobre distintas modalidades de operações estatais de combate ao crime organizado — especificamente o confronto armado e a mobilização de inteligência. Para tanto, foram exibidos dois vídeos jornalísticos produzidos pela CNN: o primeiro referente à Operação Contenção,

realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2025 contra o Comando Vermelho; o segundo relativo à Operação Carbono Oculto, voltada ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A coleta de dados foi realizada por meio de dez tríades — grupos de três participantes com perfis semelhantes —, totalizando 30 entrevistados com idades entre 25 e 65 anos. As tríades foram distribuídas pelas seguintes cidades: Belém (2 tríades), Salvador (2 tríades), Recife (2 tríades), Rio de Janeiro (2 tríades), Porto Alegre (1 tríade) e Goiânia (1 tríade), assegurando cobertura das cinco macrorregiões do país.

A análise do material empírico foi conduzida por abordagem indutiva, orientada pela identificação de recorrências e sentidos emergentes diretamente das falas dos participantes, sem a imposição prévia de categorias analíticas rígidas.

ETAPA QUANTITATIVA

A etapa quantitativa consistiu em pesquisa de opinião realizada por entrevistas telefônicas entre os dias 24 e 31 de março de 2026. O objetivo foi aferir a percepção da opinião pública brasileira sobre segurança pública e violência no país.

O universo da pesquisa compreendeu homens e mulheres com 16 anos ou mais, residentes em todas as regiões do Brasil. Foram realizadas 2.000 entrevistas, com amostragem por cotas proporcionais segundo sexo, faixa etária e distribuição regional, tomando como referência a PNAD Contínua 2025 e o Censo Demográfico de 2022. A margem de erro máxima prevista é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

As entrevistas foram realizadas por equipe de entrevistadores treinada para este tipo de pesquisa. O controle de qualidade incluiu filtragem de todos os questionários após a realização das entrevistas e checagem de aproximadamente 30% deles. Devido ao arredondamento, a soma dos percentuais pode variar entre 99% e 101%.

O PERFIL DA AMOSTRA OBTIDA É O SEGUINTE:

- **Sexo:** 53% feminino; 47% masculino.
- **Raça/cor autodeclarada:** 45% parda; 43% branca; 11% preta.
- **Classe socioeconômica:** 25% A/B; 46% C; 27% D/E; 2% NS.
- **Região:** 42% Sudeste; 27% Nordeste; 15% Sul; 9% Norte; 8% Centro-Oeste.
- **Faixa etária:** 13% de 16 a 24 anos; 20% de 25 a 34 anos; 21% de 35 a 44 anos; 25% de 45 a 59 anos; 20% com 60 anos ou mais.
- **Escolaridade:** 38% com até o ensino fundamental completo; 40% com até o ensino médio completo; 23% com até o ensino superior completo.
- **Religião:** 57% católicos; 27% protestantes/evangélicos; 7% outras religiões; 9% sem religião.
- **Situação ocupacional:** 62% compõem a população economicamente ativa (PEA); 38% não PEA.
- **Tipo de domicílio:** 8% residentes em favelas; 92% fora de favelas.

Ficha Técnica

INSTITUTO FOGO CRUZADO

DIREÇÃO

CECÍLIA OLLIVEIRA | Diretora Executiva

MARIA ISABEL COUTO | Diretora De Dados E Transparência

MARIANNA ARAUJO | Diretora De Comunicação E Inovação

GESTÃO

DAVI ARLOY | Gerente De Gestão

DAVI SANTOS | Coordenador De Ti

LETÍCIA WOLOWSKI | Analista Financeira

ELISANGELA LOPES | Assistente Executiva

LAYLA SANTOS | Assistente Administrativo Financeiro

COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO

DIOGO SANTOS | Gerente De Comunicação E Inovação

RENATA SENA | Redatora

JULIANA AGUIAR | Analista De Redes

GABRIELLI THOMAZ | Assessora De Imprensa

GABY PEREIRA | Designer

YANN WAISE | Produtor de vídeo

DADOS E PESQUISA

TERINE COELHO | Gerente De Pesquisa

LEANDRO SILVA | Analista De Dados

COORDENAÇÃO

TAILANE MUNIZ | Bahia

CARLOS NHANGA | Rio de Janeiro

ANA MARIA FRANCA | Pernambuco

ERYCK BATALHA | Pará

ANALISTAS DE DADOS

BRIGITTE BARREIRO
OMINLANDÊ ONAWALE
PAULO AGUIAR
VANESSA ROCHA
JOAN KLEBER AMORIM
LARA PIRRO
LAERTE BRENO
MAYARA MANGIFESTE
MICHEL ROSA
RODRIGO RAIMUNDO
RAQUEL FREITAS
LEANDRO SARRAZIN
THAYANA CAMPOS
LUCAS PATRICK

INSTITUTO UPDATE

CAROLINA ALTHALLER | Diretora executiva
INGRID FARIAS | Diretora Programática
DANYELLE FIORAVANTI | Diretora de Estratégia
MARGARIDA GORECKI | Gerente Institucional
MARIE LINHARES | Gerente de Operações e impacto
DANDARA OLIVEIRA | Gerente Programática
MARÍLIA NASCIMENTO | Coordenadora de projetos
MARIAH GAMA | Coordenadora de comunicação
AMANDA FIGUEIREDO | Especialista em comunicação
BEATRIZ CARVALHO | Designer
ILKA GUEDES | Coordenadora Administrativo Financeira
JULIANA RODRIGUES DA SILVA | Analista Financeira
MARINA ROMÃO SILVA | Analista Administrativa

EQUIPE MULHERES EM DIÁLOGO

ALINE TAVARES
BEATRIZ ZAPPA

FOGOCRUZADO INSTITUTO UPDATE

JULHO | 2026